

## Letramento, escravidão e mocambos: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo oitocentista<sup>1</sup>

Iamara da Silva Viana<sup>2</sup>  
Flávio dos Santos Gomes<sup>3</sup>

*Education and slavery: books found in a Quilombola ranch in Província do Espírito Santo of the 19th century*

*Educación y esclavitud: libros en un sitio quilombola en Província do Espírito Santo del siglo XIX*

### Resumo

Neste artigo examinamos um documento inédito revelando a localização de livros e manuscritos em um rancho quilombola. São evocadas questões iniciais a respeito das expectativas de alfabetização, posse de livros entre escravizados e libertos. Horizontes de letramento podiam estar próximos não só de cativos que trabalhavam na casa grande, mas também de senzalas e mocambos. Mesmo nos quilombos, não havia isolamentos sociais que excluíssem o acesso às senzalas, às trocas mercantis e à circulação de notícias atlânticas.

1 Este artigo reúne resultados de duas pesquisas. As investigações arquivísticas de Flávio Gomes, no Arquivo Público do Espírito Santo, foram realizadas com apoio do projeto *Africanidades transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo*, sob a coordenação do professor Osvaldo Oliveira. Esse projeto institucional foi desenvolvido em uma parceria celebrada entre a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com base no Termo de Cooperação 002/2018. Agradecemos aos professores Osvaldo de Oliveira e Sandro Silva pelo convite e interlocução. Foi fundamental o apoio do diretor do Arquivo Público do Espírito Santo, Cilmir Francischetto, e da equipe de funcionários do atendimento à pesquisa. A articulação de pesquisas empíricas sobre escravidão, pós-emancipação e ensino de História é desenvolvida no projeto *Cheio de História*, que conta com apoio da UFRJ, CNPq e Colégio Pedro II, sob a coordenação de Higor Ferreira, Iamara Viana e Flávio Gomes.

2 Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Doutora em História Política pela UERJ com estágio na EHES/Paris (2016). Professora do Mestrado Profissional de História da PUC-Rio. E-mail: ia.sviana@gmail.com

3 Professor do Instituto de História e dos programas de Pós-Graduação em História Comparada e História Social da UFRJ e pesquisador do CNPq. Doutor em História pela Unicamp (1997). E-mail: escravo@prolink.com.br

Diante das questões relacionadas ao ensino da História da África, da escravidão e da pós-emancipação, assim como do reconhecimento dos territórios, culturas ancestrais e implementação de políticas públicas, avaliamos as possibilidades de reflexão sobre o passado da escravidão e o presente da educação quilombola em diversos contextos da sociedade escravista.

**Palavras-chave:** *Escravidão; Letramento; Educação quilombola.*

## Abstract

In this article, we analyze a document revealing the location of books and manuscripts in a quilombola ranch. Initial questions are raised regarding expectations of education, possession of books between slaves and freedmen. Education and reading experiences could be close to captives who worked in the master's house and slave quarters and mocambos. Even among the quilombolas, there was no social isolation blocking access to slave quarters, trade exchanges, and Atlantic news circulation. Given the issues regarding teaching African history, slavery, and post-emancipation and the recognition of territories, ancestral cultures, and the implementation of public policies, we evaluated the possibilities for reflection on the past of slavery and the currentness of quilombola education in various contexts of a slave society.

**Keywords:** *Slavery; Reading; Quilombola education.*

## Resumen

En este artículo examinamos un documento que revela la ubicación de libros y manuscritos en una comunidad quilombola. Se plantean preguntas iniciales con respecto a las expectativas de educación y posesión de libros entre esclavos y libertos. Las experiencias educativas y de lectura podrían estar cerca no solo de los cautivos que trabajaban en la casa grande, sino también de las senzalas y quilombos. Incluso en los quilombos, no existían aislamientos sociales que excluyeran el acceso a senzalas, intercambios comerciales y la circulación de noticias del Atlántico. Considerando los problemas de la enseñanza de la historia africana, la esclavitud y la post-emancipación, así como el reconocimiento de territorios, culturas ancestrales y la implementación de políticas públicas, evaluamos las posibilidades de reflexión sobre el pasado de la esclavitud y el presente de la educación quilombola.

**Palabras clave:** *Esclavitud; Lectura; Educación quilombola.*

## Introdução

O Ensino de História tem encontrado muitos desafios. Interesses crescentes por patrimônios materiais e imateriais possibilitam a inclusão de novos conteúdos ao currículo escolar<sup>4</sup>. Precisamos mais das experiências da escravidão e dos legados africanos, como partes fundamentais da história do Brasil, do que de leis para adicionar conhecimento acerca das populações negras. Perspectivas dialógicas entre história, poder e identidades apontam para a relevância de investigações sobre formações coloniais e pós-coloniais (TROUILLOT, 2016).

Neste artigo, apresentamos reflexões preliminares sobre possíveis conexões entre letramento, alfabetização e liberdade, com base em uma fonte inédita, um registro policial a respeito de investigações sobre a invasão de um rancho no século XIX, na província do Espírito Santo. O principal objetivo é chamar atenção para investigações e abordagens que possam perseguir indícios e significados de letramento e educação para africanos, seus descendentes, cativos, libertos ou livres, em diversos contextos da sociedade escravista.

### *Do documento: silêncios, relações de poder e especulação*

Produzida pelas autoridades policiais de Nova Almeida, atualmente distrito do município de Serra, a correspondência de 20 de agosto de 1861 – depositada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – descreve uma invasão em um rancho quilombola. Não eram incomuns ações de repressão, levadas a cabo por autoridades ou mesmo por fazendeiros e seus agregados, localizando acampamentos provisórios e quilombos improvisados já estabelecidos nas terras ou fronteiras de grandes propriedades. Em Nova Almeida, naquela ocasião, a novidade ficou por conta dos objetos localizados e “entregues como

<sup>4</sup> Ver, entre outras, as pesquisas articulando memória social, educação e comunidades quilombolas: Andrade (2009, 2012, 2018); Guimarães e Oliveira (2018).

pertencentes a um quilombola”. No rancho cercado e invadido, havia “um folheto da segunda coleção de cartas para meninos aprenderem a ler”, “uma cartilha”, “dois pedaços de Compêndio de Orthografia”, além dos “translados de escrituras de liberdade”. O quilombola perseguido era acusado de roubos e mesmo de assassinatos. Teria mesmo invadido senzalas e efetuado saques? Imagens de quilombos – redutos de heróis obtusos – ou de escravizados sem cultura política têm sido criticadas em vários estudos e pesquisas. Sempre houve conexões entre senzalas, quilombos, revoltas, leis emancipacionistas e contextos atlânticos. Registros sobre escolas, letramento, alfabetização e escravizados que sabiam ler e escrever também começam a ser descortinados.

Mas o que fazia um quilombola com livros e escritos escondidos em seu rancho? Teria simplesmente roubado? Um especial interesse por escritos, posto ter algum conhecimento de leitura? Tentava se apoderar de algo rentável para futuras trocas com escravizados, outros quilombolas e mesmo a população livre negra? Pouco sabemos. Há uma referência nessa correspondência policial que sugere que os “livros”, “folhetos”, “cartilhas” e “compêndio” encontrados no rancho eram mesmo de propriedade e uso do quilombola. Constava, segundo a declaração da índia Maria Genoveva, “que o quilombola a prepara com a escrita [?] no quitungo de sua [ilegível]”. A informação “prepara com a escrita” nos leva a supor a existência de práticas de escrita e algum treinamento.

Não foi incomum aparecerem informações de cativos letrados até mesmo em anúncios de fugidos, mencionando as dificuldades de captura. Episódio interessante aconteceu com o “bem falante e habilidoso” pardo João, que sabia “ler e escrever” além de “tocar flauta, gaita, viola, ajudar missa e trabalhar sofrivelmente de carpinteiro e alfaiate”. As peripécias e mesmo a ousadia de suas fugas são contadas pelo padre Manoel Gomes de Figueiredo, seu proprietário, um carrancudo dono de engenho no termo do Divino Espírito Santo de Inhambupe, província da Bahia. Sua fuga ocorreu nos últimos dias de 1846,

talvez na noite de Natal, depois da missa. No início de 1847, João já era praça na charrua “Corvóia” e, logo depois, grumete na corveta “Bertioga”. Adoeceu e foi parar no Hospital de Marinha da Corte. Descoberto, tratou novamente de fugir. Com o nome falso de José de Figueiredo, parecia que estava agora em Macaé, no interior do Rio de Janeiro, de onde tinha a audácia de escrever cartas para o seu senhor e mesmo para outros escravizados. Nelas, ridicularizava a possibilidade de ser capturado, alegando que estava bem protegido em Pernambuco, e incentivava outros escravizados a fugirem. Os carimbos do correio denunciaram o pardo João, que, entretanto, continuaria longe das mãos do desmoralizado padre e seu senhor. Este, ainda em 1853, pedia às autoridades para localizá-lo<sup>5</sup>.

No caso de Nova Almeida no Espírito Santo, o fato de Maria Genoveva ser “uma índia” reforça as dimensões complexas das sociabilidades entre indígenas e africanos (assim como os descendentes de ambos), em diferentes contextos. É possível especular que os quilombolas, ao se interiorizarem, podem ter ajudado a expandir as variações das “línguas gerais” e depois da língua portuguesa, a catequese e mesmo formas de escrita junto às populações indígenas. Um exemplo vem do Mato Grosso colonial. Havia ali um grande quilombo desde meados do século XVIII chamado *Quariterê*, depois conhecido como *Piolho*. Por volta de 1770 foi atacado e considerado destruído. Nele foram capturados, entre homens, mulheres e crianças, mais de 100 quilombolas, sendo 30 indígenas. Mas ele foi reconstruído e voltou a ser atacado em 1795, em uma expedição comandada pelo bandeirante Francisco Pedro de Mello. Uma tropa, reunindo um pouco mais de 50 pessoas, entre guias, carregadores e soldados, embarcou no porto de Vila Bela, descendo o rio Guaporé. Em uma expedição que durou meses, foram descobertos consideráveis mocambos formados por muitos indígenas e negros. Ao todo foram capturados 54 quilombolas, sendo seis negros, 27 índios e 21 “caborés” (denominação dada para os descendentes dos índios miscigenados com os negros). Conta-

5 A fonte encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Secretaria de Polícia da Província (SPP), coleção 166, doc. 07, 13/10/1853.

ram-se 24 homens e 30 mulheres, incluindo crianças, sendo ali encontrados remanescentes dos quilombos do Quariterê atacado em 1770. Havia apenas “seis vivos presentemente, os quais eram os regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo que formava o atual Quilombo” (GOMES, 2005b, p. 359). Assim, a população deste mocambo, entre 1770 e 1795, ganhara nova conformação. Era comandado por alguns negros – entre os quais remanescentes dos antigos mocambos – mas tinha uma população preponderante de indígenas e “caborés”. Ali, “os caborés e índios de maior idade sabiam alguma doutrina cristã que aprenderam com os negros, e que se instruíram ela suficientemente e com gasto nesta capital [Vila Bela] onde se falaram português com a mesma inteligência dos pretos, de que aprenderam e com todos estavam prontos para receber o batismo” (GOMES, 2005b, p. 361).

Se a historiografia apresentou produção significativa sobre os quilombolas, houve pouco investimento em análises sobre diferentes sociabilidades e visões que podiam incluir expectativas de letramento. Um exemplo ainda pouco explorado é o de Cosme Bento das Chagas, ex-escravo que comandou a maior revolta popular camponesa no Brasil Imperial, a Balaiada, no Maranhão, entre 1838 e 1841. Consta que nasceu escravo no alvorecer do século XIX, na capitania do Ceará, em Sobral. Havia ali também uma conhecida irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário, que já tentava organizar escravizados para obter a alforria e a escolarização dos libertos e de seus filhos. Cosme vai conquistar sua alforria no final da década de 1820. Como liberto, ele migra para a então província do Maranhão, sendo preso e depois se refugiando nos quilombos que existiam em várias partes daquela província. As repercussões da revolta Balaiada chegam até os vários quilombos, fazendo aumentar a movimentação entre eles. Escapando da cadeia em São Luís, Cosme vai engrossar as fileiras rebeldes, logo se tornando uma liderança. Muitas vezes chamado de “Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade Bem-Te-Vi”, Cosme comanda tropas de mais de três mil quilombolas, que estavam instalados no conhecido quilombo em Lagoa Amarela, nas margens do rio Itapecuru.

Cosme teria tentado organizar no quilombo, também, uma escola para alfabetização, talvez seguindo os exemplos que pode ter conhecido na irmandade do Rosário, em Sobral<sup>6</sup>.

Uma abordagem preliminar a respeito dos achados no rancho quilombola capixaba ajuda a evocar estratégias possíveis desenvolvidas por quilombolas para acesso ao letramento e à liberdade. Dominar os códigos de escrita e leitura na sociedade oitocentista poderia significar muito mais do que *saber*, poderia constituir uma das várias possibilidades de pensar a liberdade. A correspondência de 1861 sugere interessantes questões, entre as quais as dimensões simbólicas assumidas pela escrita, oralidade, leitura, documentos ditados pelos escravizados etc. Não podendo ter acesso a escolarização formal, podemos inferir o valor de uma cartilha e de um compêndio de ortografia para escravizados e seus descendentes. Assim, o terceiro elemento encontrado com o quilombola acusado de roubos e assassinatos, os “translados de escrituras de liberdade” se tornavam ferramentas naquele Brasil escravista oitocentista, afinal, dominando tais códigos, teria acesso à legislação, podendo interferir em negociações possíveis. Da mesma forma, pesquisas recentes observaram em um documento escrito pelos libertos de Paty de Alferes a Ruy Barbosa, em abril de 1889, a exigência de que os 5% do Fundo de Emancipação fossem utilizados para a educação de seus filhos<sup>7</sup>.

Embora com recortes temporais diferentes, ambos os documentos podem auxiliar na compreensão dos significados do letramento na sociedade escravista do século XIX. Em que medida os achados de escritos com um quilombola, em 1861, causaram preocupação às autoridades locais? Afinal, exigia-se “dar providências”, segundo o delegado que recebeu a denúncia. Sociabilidades demonstram o quão articulados poderiam ser os quilombolas nos cenários escravistas. Ser “acoitado” não significava ser protegido somente pelos seus,

6 Agradecemos as indicações de Mundinha Araujo, Matthias Assunção e Raimundo Nonato de Souza.

7 Sobre o documento escrito pelos 11 libertos de Paty de Alferes, ver: Ribeiro Neto, Viana e Gomes (2019). Sobre letramento e abolicionismo, ver: Machado e Gomes (2017).

mas provavelmente por quem poderia ter ou obtinha lucros com a produção dos quilombos. Estava em jogo avaliar contextos, documentos escritos, inscrições e registros sociais e políticas (SCOTT, 2013).

É fundamental revisitar arquivos. Mais do que verdades cristalizadas – escondidas ou perdidas -, localizamos fontes, narrativas e, fundamentalmente, podemos especular acerca dos limites que os arquivos impõem para o conhecimento histórico, deslocando-nos entre o “tédio da busca” e as formas de engajamento diante do desconhecido ou mesmo do incontornável de possibilidades cognitivas formais. É impossível a recuperação total de sujeitos e processos. Avaliamos também como as estruturas de poder, compreendidas e reforçadas pelos arquivos, podem criar armadilhas ou, quem sabe, sugerir epistemologias, experimentar narrativas diante de silêncios e negações (FERRER, 2019; GIKANDI, 2015; HARTMAN, 2008; SMALLWOOD, 2016).

### *Dos remanescentes: educação, história e cidadania*

No Brasil contemporâneo, nas questões mais atuais, destaca-se o tema das comunidades remanescentes de quilombos e dos direitos constitucionais de titulação de suas terras (DOMINGUES; GOMES, 2013; MATTOS; GOMES, 2012; SILVA; GOMES, 2018), associado aos significados de pensar a escravidão, a pós-emancipação e o ensino de História<sup>8</sup>. Em suas faces rurais, várias paisagens se formaram e continuam se desenvolvendo a partir das experiências de um campesinato negro originado na escravidão. Estudiosos de várias áreas do conhecimento – História, Educação, Geografia, Linguística, Sociologia, Antropologia e Direito – têm se mobilizado para entender os quilombos do passado e do presente. Que microssociedades criaram? Como foram as suas culturas? Como conseguiram se reproduzir em diferentes *tempos*,

---

8 O campo de pesquisa acerca do Ensino de História tem crescido quantitativa e qualitativamente, possibilitando novas visões e reflexões acerca do tema. Diferentes historiadores têm investido seriamente em pesquisas relativas às diversas possibilidades de construção do ensino histórico, dentre os quais destacamos: Alberti (2013); Barra e Mello (2017); Mello e Viana (2013); Monteiro e Pereira (2013); Mattos (2007).



*espaços e territórios?* Estas são algumas das indagações antigas e atuais em várias pesquisas. Mais do que isso, os quilombos atuais têm se organizado em entidades, associações e lideranças para defender seus direitos e memórias.

Os quilombos foram uma das principais faces da história das formações camponesas negras. Nunca se mantiveram isolados. Improvisadamente sólidos se moviam, e, sobretudo, se articulavam nas diversas paisagens ecológicas e humanas, com alianças circunstanciais com populações indígenas e ribeirinhas, povoados e vilas, estabelecendo trocas mercantis. Em muitas dessas áreas, *quilombolas* seriam ao mesmo tempo agricultores, pescadores e criadores de gado. Deste modo – posto que múltiplos –, os *quilombolas* se tornariam invisíveis, nunca isolados, mas articulados com setores livres (muitos negros e mestiços) e escravizados. Senzalas, casebres de camponeses em suas vilas, libertos, população pobre (parte da qual descendente de indígenas), *mocambos e quilombolas* se articulariam em territórios grandes, médios, pequenos, volantes e provisórios (ARIZZA; MACHADO; GOMES, 2019; EXALTAÇÃO; GOMES, 2005a; GOMES, 2005b; GOMES, 2018).

Fugas coletivas, doações de terra, migração de comunidades negras rurais (originadas da população negra já livre) e *quilombos* formariam novas paisagens, atravessando séculos. Tais paisagens ficariam parte do tempo protegidas, não pela fauna e flora de florestas temperadas, mas sim do olhar do poder público. Para os séculos XX e XXI, os *quilombolas* nunca desapareceram, porém se tornaram invisíveis, posto que não são percebidos – em função de nomenclaturas e reconhecimento como antigos *mocambos/quilombos* – pelas políticas públicas de recenseamento, apoio à agricultura e créditos rurais.

Muitas comunidades ficaram isoladas, não em termos econômicos, geográficos, culturais ou sociais, mas pela estigmatização e preconceito, uma vez que eram associadas somente a famílias negras, as quais eram, supostamente, reativas à integração ou mistura. Estas foram imagens racializadas que não conseguiram destruir inúmeras culturas comunitárias, de múltiplas gerações

e com o passado na escravidão africana, que se desenvolveriam em várias partes do Brasil. No Espírito Santo não seria diferente (GOMES, 2011; MARTINS; GOMES, 2019; MOREIRA, 2014; MOTTA; GOMES, 2007; SOARES, 2013).

Certamente, em várias regiões capixabas, com base nas memórias geracionais de suas populações negras, surgiram comunidades rurais, cujos habitantes descendem diretamente de grupos de escravizados fugidos e mesmo de libertos e negros livres a eles articulados. Remanescente de *quilombos* foi o termo cristalizado na Constituição Brasileira de 1988, com destaque para o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e 216 da Cultura (MOURA, 1999). A definição abrangente e operacional se transformou em ferramenta no sentido do reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra e a cidadania. Porém, muitas comunidades encontraram (e ainda encontram) obstáculos para garantir esses direitos.

Nas últimas décadas, pesquisadores – tanto investigando experiências históricas dos quilombos nos séculos XVII, XVIII e XIX como realizando etnografias contemporâneas – têm sugerido a ampliação da definição de quilombo, assim como das comunidades remanescentes. Tem havido um movimento – do qual fazem parte igualmente os habitantes e as lideranças das próprias comunidades e sua luta por reconhecimento – identificado como de ressemantização do significado de *quilombos*. Tanto a definição do termo “remanescente” quanto a política elaborada para os membros destas comunidades podem ser pensados por meio de quatro suportes: memória, etnicidade, território e cidadania (ALMEIDA, 1996).

### *Considerações finais*

Para pensar cidadania, diretrizes educacionais e políticas públicas dos remanescentes, podemos considerar os significados – históricos, rituais, simbólicos e cosmogônicos – do domínio dos códigos de leitura e escrita para os quilom-

bolas do passado e do presente na manutenção de suas identidades, culturas e memórias (YABETA; GOMES, 2013a).

Atualmente, as comunidades negras rurais remanescentes de quilombos no Espírito Santo já somam dezenas, sendo esse dado fruto de várias investigações reunindo pesquisadores e em conexão com a sociedade civil. Antropólogos, historiadores, geógrafos, fotógrafos e, sobretudo, pesquisadores não acadêmicos das associações quilombolas, articulados ou não à Universidade Federal do Espírito Santo e a organizações não-governamentais, têm procurado acessar, reconstituir as memórias e as histórias dos quilombos no Espírito Santo (OLIVEIRA, 2016). As novas gerações de pesquisadores, com destaque para aqueles das áreas de Educação, História, Antropologia e Geografia, serão desafiadas a conectar memória e história para re-localizar as narrativas dessas comunidades negras rurais no Espírito Santo e em outras partes do Brasil (MORAES; IORUBA; GOMES, 2016).<sup>9</sup>

No que tange à construção do ensino histórico escolar e suas peculiaridades, as culturas quilombolas ainda não ocuparam o lugar desejado por parcela significativa de educadores, de pesquisadores e da sociedade brasileira<sup>10</sup>. A cultura, material e imaterial, negra e afro descendente ganhou destaque nas últimas décadas do século passado, mas ainda se encontra aquém do desejado. Ainda que a Constituição Federal tenha ampliado, por meio do seu artigo 216, a noção de patrimônio cultural brasileiro – bens de natureza material ou imaterial que referenciem “a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” -, nem todos os grupos têm suas histórias e memórias contadas nos materiais didáticos.

---

9 Cabe assinalar a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, com inúmeros projetos e iniciativas de pesquisa (incluindo formação continuada de professores, orientação de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado).

10 Destacam-se as iniciativas de educação quilombola do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCNM), no final da década de 1970, sob a coordenação da educadora e historiadora Maria Raimunda Araújo, com a cartilha *Esta história eu não conhecia*, que ensinava história e cidadania, por meio de material produzido e impresso que chegava até as comunidades negras rurais do Maranhão.

O decreto 3.551, de quatro de agosto de 2000, ao instituir o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), apresentou novas perspectivas, com vistas a tornar atuais as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro e atender à necessidade de democratização do mesmo (ALMEIDA, 2018; DOMINGUES; GOMES, 2013; MATTOS; GOMES, 2012; SILVA, A.; GOMES, 2018). Já a lei 10.639 de 2003 modificou o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que, posteriormente, foi também alterada pela lei 11.645, ao incluir a relevância do ensino da cultura indígena (GOMES, 2009; SILVA, 2015; SILVA; SILVA, 2010). Nesse sentido, como incluir conhecimentos históricos acerca da população escravizada e seus descendentes, dos mundos da escravidão e da pós-abolição nos atuais currículos (SILVA, 1986)?

No processo de transformação social e de implementação das diferentes leis acerca da cultura afrodescendente, os professores da Educação Básica têm ocupado lugar importante, posto que atuam na formação de cidadãos brasileiros mais conscientes da importância da África na nossa história. Organizar novas práticas, formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial com conteúdos canônicos faz-se necessário, em um contexto em que a carga horária reservada à disciplina História se apresenta reduzida. Questão igualmente relevante é a relação estabelecida com o universo cultural dos alunos, visto que tais ações concorrem para uma apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço (OLIVEIRA, 2016). Na medida em que as referências culturais são conhecidas, a memória se reflete nos descendentes, as lembranças tornam-se experiências, permitindo melhor apreensão da natureza histórica dos acontecimentos e contribuindo para a formação cidadã dos educandos (OLIVEIRA; GOMES, 2012; SANTOS; GOMES, 2016; YABETA; GOMES, 2013b).

Examinando este documento original (do Fundo de Secretaria de Polícia, acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo), a intenção foi divul-

gar registros históricos ímpares, que possibilitam evocar as experiências de escravizados, de livres, de libertos, de quilombolas e de assenzalados. Lições e aprendizados do passado-presente.

## Referências

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 20-34.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Museus indígenas e quilombolas: os novos significados do conceito de processo de patrimonialização. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 39-57, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: COSTA, Ivan Rodrigues; SANTOS, Werlly de Jesus. *Frechal – Terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH; CCN, 1996. p. 11-19.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. *A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Discutindo inclusão nas perspectivas da educação das relações étnico-raciais (ERER) afro-brasileiras. In: SILVA, Circe Mary Silva da et al. (Orgs.) *Metodologia da pesquisa em educação do campo*. Vitória: EDUFES, 2009. p. 13-89.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Práticas culturais afro-brasileiras: construindo referências em educação quilombola. In: MERLER, Alberto et al. (Orgs.) *Diálogos interculturais em terras capixabas*. Vitória: EDUFES, 2012. p. 362.

ARIZZA, Marília; MACHADO, Maria Helena; GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos. In: BURNARD, Trevor (Org.). *Oxford Bibliographies Atlantic History*. Oxford: Oxford, 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Secretaria de Polícia da Província (SPP), coleção 166, doc. 07, 13 out. 1853.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *A guerra dos bem-te-vis*. A Balaiada na memória oral. São Luís: SIOGE, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. Estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARBOSA, Marialva. *Escravidados e o mundo da comunicação*. Oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.

BARRA, Sérgio; MELLO, Juçara. Ensino de História, patrimônio cultural e memória social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 17, n. 4, p. 132-162, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v17n4.999>. Acesso em: 4 jan. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. História dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, v. 5, n. 11, p. 5-28, jul./out. 2013.

EXALTAÇÃO, Edmeire; GOMES, Flávio dos Santos. Remanescente de quilombo (verbetes). In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 398-401.

FERRER, Ada. Slavery, freedom, and the work of speculation. *Small Axe*, v. 23, n. 58, p. 220-228, Mar. 2019. Disponível em: [https://read.dukeupress.edu/small-axe/article-abstract/23/1%20\(58\)/220/137668/Slavery-Freedom-and-the-Work-of-Speculation?redirectedFrom=fulltext](https://read.dukeupress.edu/small-axe/article-abstract/23/1%20(58)/220/137668/Slavery-Freedom-and-the-Work-of-Speculation?redirectedFrom=fulltext). Acesso em: 25 nov. 2019.

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya A. P. de (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016.

GIKANDI, Simon. Rethinking the archive of enslavement. *Early American Literature*, v. 50, n. 1, p. 81-102, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/572086/pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005b.

GOMES, Flávio dos Santos. Paisagens, cenários e memórias: roceiros e camponeses na escravidão e na pós-emancipação no Brasil. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da (Orgs.). *A escravidão atlântica*. Do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas. Vitória: GM, 2011. p. 73-90.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombola (verbetes). In: MOTTA, Márcia M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 382-384.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos e remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 367-376.

GOMES, Flávio dos Santos. Terra de preto (verbetes). In: MOTTA, Márcia M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 467-468.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, v. 11, p. 141-162, 2009.

GUIMARÃES, Aissa A.; OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Jongos e caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. Vitória: PROEX/UFES, 2018.

HARTMAN, Saidiya. *Lose your mother: A journey along the Atlantic Slave Route*. Nova Iorque: Farrar, Strausand and Giroux, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul./dez.

2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n7/2237-101X-to-poi-4-07-00334.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

LIMA, Ivana Stolze. Diz que é forro: práticas de comunicação escrava em anúncios de jornal. In: ORNELAS DE AVELLAR, Juanito; ALVAREZ, Laura López (Orgs.). *Dinâmicas afro-latinas*. Língua(s) e História(s). Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015. p. 31-42.

LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização lingüística no Brasil uma perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 352-369, jul./dez. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 set. 2019.

MAC CORD, Marcelo; ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de (Orgs.). *Rascunhos cativos*. Educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

MACHADO, Maria Helena; GOMES, Flávio dos Santos. Eles ficaram “embatucados”, seus escravizados sabiam ler: abolicionistas, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade. In: MAC CORD, Marcelo; ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Rascunhos cativos*. Educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017. p. 253-283.

MARIN, Rosa Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARTINS, Cyntia Carvalho. *Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garifunas e Palenqueiros nas Américas*. Manaus: Edições UEA; PNCSA, 2019.

MARTINS, Sandra; GOMES, Flávio dos Santos. Dos horizontes e das políticas da memória: sobre a história e o ensino de história da escravidão e da pós-emancipação no Brasil. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da Silva; MOTTA, Kátia Sausen da (Orgs.). *O espelho negro de uma nação*. A África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: EDUFES, 2019. p. 191-220.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 5-16, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a02.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2010.



MATTOS, Wilson Roberto; GOMES, Flávio dos Santos. Em torno de Áfricas no Brasil: bibliografias, políticas públicas e formas de ensino de História. In: FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo; ZANLOCHI, Terezinha Santarosa (Orgs.). *As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2012. p. 45-78.

MELLO, Juçara; VIANA, Iamara. Educação patrimonial e ensino de História: diálogos. *Revista Encontros*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 49-62, jun. 2013. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/327>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MIRANDA, Shirley Aparecida; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Diálogos entre sujeitos, práticas e conhecimentos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 131-152.

MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

MORAES, Wallace; IORUBA, Togo (Gérson Theodoro); GOMES, Flávio dos Santos. Dos quilombos ao quilombismo: por uma história da luta antirracista no Brasil (notas para um debate). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, Uberlândia, v. 8, n. 18, p. 215-238, fev. 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre índios e escravizados armados: alianças interétnicas e formação de quilombos na província do Espírito Santo, 1808-1850. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 51, n. 1, p. 36-67, June 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265876391\\_Entre\\_indios\\_e\\_escravos\\_armados\\_Aliancas\\_interetnicas\\_e\\_formacao\\_de\\_quilombos\\_na\\_provincia\\_do\\_Espirito\\_Santo\\_1808-1850](https://www.researchgate.net/publication/265876391_Entre_indios_e_escravos_armados_Aliancas_interetnicas_e_formacao_de_quilombos_na_provincia_do_Espirito_Santo_1808-1850). Acesso em: 2 ago. 2015.

MOTTA, Márcia M.; GOMES, Flávio dos Santos. Terras e territórios da liberdade: notas de pesquisas sobre posseiros, camponeses negros e remanescentes de quilombos. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da (Orgs.). *Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2007. p. 159-205.

MOURA, Glória. *Os quilombos contemporâneos e a educação*. Humanidades – Consciência Negra. Brasília: Editora UNB, 1999.

OLIVEIRA, Kiusam Regina de. O mundo no black power de Tayó: entre a pedagogia da ancestralidade, a literatura do encantamento e o empoderamento negro. In: OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de et al. (Orgs.). *Artefatos da cultura negra-educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo*. Curitiba: CRV, 2016. p. 83-90.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES*. Vitória: Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins; AMORIN, Cleyde Rodrigues (Orgs.). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. Vitória: UFES/PROEX, 2017.

OLIVEIRA, Regina Célia Rosário de; GOMES, Flávio dos Santos. Do quilombo ao quilombola. *Ciência Hoje das Crianças*, v. 240, p. 2-6, nov. 2012.

OLIVEIRA, Rosy; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Das formações negras camponesas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; ROJAS, Axel; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Territórios de gente negra*. Processos, transformações e adaptações. Ensaios sobre Colômbia e Brasil. Belo Horizonte: Selo Negro, 2016.

RIBEIRO NETO, Alexandre; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 155-178, ago. 2019.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos; GOMES, Flávio dos Santos. Personagens e paisagens da escravidão no Brasil. In: SANTOS, Patrícia Teixeira (Org.). *Os africanos*. Dentro e fora da África. Curitiba: Positivo, 2016. p. 15-48.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Plano, 2000.

SILVA, Ana Carolina Lourenço; GOMES, Flávio dos Santos. A lei 10.639 e a patrimonialização da cultura: quilombos, Serra da Barriga e Palmares – primeiros percursos. In: CHEVITARESE, André; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dos artefatos e das margens: ensaios da história social e cultura material no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018. p. 146-157.

SILVA, Douglas Verrancia; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 25 set. 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. A educação no Limoeiro: uma comunidade de trabalhadores rurais negros. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 9, p. 121-131, 1986.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Sandro J. *Cartografia social das comunidades quilombolas e do carvão no sapê do norte*. Vitória: UFES, 2013.

SMALLWOOD, Stephanie E. The politics of the archive and history's accountability to the enslaved. *History of the Present*, Duke, v. 6, n. 2, p. 117-132, Oct. 2016.

SOARES, Geraldo Antônio. Quando os escravizados fugiam: província do Espírito Santo, últimas décadas da escravidão. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIX, n. 1, p. 53-72, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24119>. Acesso em: 23 mar. 2019.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, p. 103-122, jul./dez. 2002. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541181/mod\\_resource/content/0/wissembach.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541181/mod_resource/content/0/wissembach.pdf). Acesso em: 7 fev. 2020.

XAVIER, Giovana. Já raiou a liberdade: caminhos para o trabalho com a história da pós-abolição na educação básica. In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 85-100.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio dos Santos. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (Em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, n. 47, p. 79-117, 2013a. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 26 jul. 2020.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio dos Santos. Na escola quilombola. *Ciência Hoje das Crianças*, Rio de Janeiro, v. 251, n. 47, p. 7-9, nov. 2013b.

Recebido em: 30 de abril de 2020  
Aprovado em: 03 de setembro de 2020